**CHECK-LIST DE DOCUMENTOS CONSTANTES NO PROCESSO**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Nº** | Documentação | **OBS** |
| **DOCUMENTOS PRODUZIDOS PELO ENTE PÚBLICO** |
| 01 | Nota/Parecer Técnico da área competente da ICT/Agência de Fomento, que apresente o mérito administrativo, com aprovação da autoridade superior (CONFORME REGULAMENTAÇÃO INTERNA) |  |
| 02 | Declaração de disponibilidade orçamentária emitida pelo ordenador da despesa, com a respectiva discriminação detalhada e atestando a adequação com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e, quando couber, com o Plano Plurianual (PPA) - ([Lei Complementar nº 101/2000](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm) – LRF - art. 16, e [Decreto-lei n° 200/67](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200compilado.htm) – art. 73) – quando houver participação de recurso financeiro do ente público no projeto de pesquisa. |  |
| 03 | Minuta do Acordo de Parceria\* (Arts. 35 a 37 do Decreto nº 9.283/2018) /Modelo disponibilizado pela Câmara Permanente de Ciência, Tecnologia e Inovação da AGU* Caso haja alteração da minuta-padrão disponibilizada pela Procuradoria Federal, o órgão competente da ICT/Agência de Fomento deverá apontar na minuta encaminhada para análise quais itens foram inseridos, modificados ou excluídos e apresentar as justificativas na nota técnica
 |  |
| 04 | Plano de Trabalho com os seguintes itens: (Arts. 35 § 1º do Decreto nº 9.283/2018)I - a descrição das atividades conjuntas a serem executadas, de maneira a assegurar discricionariedade aos parceiros para exercer as atividades com vistas ao atingimento dos resultados pretendidos;II - a estipulação das metas a serem atingidas e os prazos previstos para execução, além dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas, considerados os riscos inerentes aos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação;III - a descrição dos meios a serem empregados pelos parceiros; eIV - a previsão da concessão de bolsas, quando couber |  |
| 05 | Caso haja necessidade de afastamento de servidor do País, observar as normas específicas atinentes à matéria |  |
| 06 | Parecer Técnico justificando o prazo de vigência do Acordo de Parceria (Emitido pelo Coordenador) |  |
| **DOCUMENTOS A SEREM OBTIDOS JUNTO AO PARCEIRO PRIVADO** |
| 06 | Documento social da entidade parceira (ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor) |  |
| 07 | Cópia dos documentos do Responsável Legal pela Entidade – pessoa que irá assinar o Acordo (RG, CPF e Comprovante de Residência + Ata de Nomeação/Procuração, Termo de Posse ou documento que demonstre a legitimidade para assinar o Acordo) |  |
| 08 | Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ |  |
| 09 | Declaração de que no quadro social da entidade não há integrante que tenha Conflito de Interesse, nos termos da Lei nº 12.813/13 |  |
| 10 | Cópia de documento que comprove que a entidade funciona no endereço por ela declarado, como conta de consumo ou contrato de locação |  |
| **DOCUMENTOS A SEREM OBTIDOS JUNTO À FUNDAÇÃO DE APOIO****(nos casos em que há interveniência da Fundação de Apoio)** |
| 11 | Ato de constituição/ habilitação jurídica (art. 28, Lei nº 8.666/1993)Estatuto social da Fundação de Apoio, comprovando finalidade não lucrativa e de ser incumbida, regimental ou estatutariamente, da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, científico e tecnológico; |  |
| 12 | Documentos do Responsável Legal da FUNDAÇÃO DE APOIO – pessoa que irá assinar o Termo (RG, CPF e Comprovante de Residência + Ata de Nomeação, Termo de Posse ou documento correlato) |  |
| 13 | Registro e credenciamento junto ao MEC/MCTI e autorização para apoiar, em sendo o caso (art. 4º, §2º, Decreto nº 7.423/2010, art. 4º, I, Portaria Interministerial MEC/MCTI nº 191, de 13 de março de 2012 e art. 2º, III, Lei nº 8.958/1994)   |  |
| 14 | Justificativa para a contratação (caso exista mais que uma Fundação) |  |
| 15 | Proposta da Fundação de Apoio, demonstrando os seus serviços de apoio, contendo, inclusive, a planilha demonstrativa dos seus custos operacionais incorridos na execução de suas atividades. |  |
| **16** | Declaração de reputação ético-profissional (art. 24, XIII, Lei nº 8.666/93) e de capacidade técnica-financeira para bem executar o objeto contratado.  |  |
| 17 | Comprovação da regularidade fiscal e trabalhista (art. 29, Lei nº 8.666/1993) |  |
| 18 | Consulta aos sistemas de penalidades – CEIS, CNJ e TCU |  |
| 19 | Consulta ao CADIN (art. 6º, Lei nº 10.522/2002)   |  |